

Prévia eleitoral

22 NOV 1989

CARLOS ALBERTO DE
BRAGANÇA PEREIRA

Temos notado uma verdadeira guerra entre os institutos de pesquisa, principalmente no último pleito eleitoral. Parece-me que muitos interesses estão atrás dessa guerra. Meu objetivo, aqui, no entanto, não é entrar no mérito desse embate, mas tentar alertar o público para algumas declarações vazias e inúteis que se têm feito ultimamente.

Certa vez, o candidato Mário Cõvas disse: "Pesquisa é matemática. Aliás, é muito mais, é estatística e, portanto, não se discute". Meus colegas tucanos matemáticos não gostaram, pois descobriram que o candidato deles os julgava inferiores a nós, estatísticos.

O Lula disse que "estava cientificamente provado" que ele estava no segundo turno. Eu não gostei, por causa de minha preferência por seu mais direto concorrente. Um diretor de jornal, que possui um instituto de pesquisa, afirmou que poderia provar cientificamente que seu instituto estava correto nos números apresentados na edição de seu jornal, que davam a vitória do Lula. E ficou muito triste ao receber ontem a prova direta, a totalização do TSE de que seus números estavam errados.

É evidente que candidatos gostam de usar frases de efeito, mesmo que sejam vazias. Mas não sei como explicar a afirmação do outro cidadão. Não acredito que estatística seja ciência. A meu ver, estatística é uma disciplina, ou mesmo área de conhecimento, dedicada a desenvolver métodos de inferência sobre quantidades de in-

teresse na presença de incerteza. Vou me restringir ao caso específico da eleição do dia 15 de novembro, em que as quantidades de interesse eram os percentuais de votos dos candidatos Lula e Brizola.

Antes de se contar todos os votos, os exatos valores desses percentuais, evidentemente, eram desconhecidos. Muitas pesquisas de opinião, de boca-de-urna e, finalmente, dos mapas parciais no decorrer da apuração foram feitas. Metodologias distintas foram usadas e estimativas, obtidas. Na pesquisa de opinião levada a efeito antes do pleito, o pesquisador tem completo controle sobre o tipo de indivíduo que deseja na sua amostra estudada. Nos outros dois tipos de pesquisa, as amostras são auto-selecionadas. Esta foi a razão, acredito, que fez com que alguns institutos optassem apenas pelo primeiro tipo de pesquisa.

Na boca-de-urna, normalmente, o pesquisador não tem o poder de selecionar por classe social. O máximo que pode controlar é sexo e aparência, sendo este último um fator subjetivo. Na pesquisa de mapas parciais de apuração, a amostra é obtida independentemente do pesquisador, não tendo este nenhum controle sobre a seleção da amostra. Em qualquer desses três tipos de pesquisa, após a amostra ser efetivamente observada, o pesquisador não poderá fazer afirmações sobre a qualidade da amostra.

**O tamanho
do erro
é que
qualifica
a pesquisa**

Amostra boa é aquela que produz uma estimativa bem próxima do verdadeiro valor, desconhecido, da quantidade de interesse. Isto faz com que todo o método estatístico razoavelmente bem desenvolvido apresente uma avaliação do erro que uma estimativa pode produzir. Este erro, normalmente, não é percebido pelo público. De posse do erro se definem intervalos que, com grande confiança, deverão conter o verdadeiro valor da quantidade desconhecida. O que se pode concluir é que alguns métodos (nem todos) são construídos em bases científicas. Contudo, sobre uma estimativa produzida por um desses métodos, a única afirmação científica que se pode fazer é que a estimativa certamente é diferente do verdadeiro valor da quantidade de interesse. Isto é, cientificamente, os números obtidos nas pesquisas estão errados.

O tamanho do erro é que qualifica a pesquisa. O fato de se afirmar, antes da totalização do TSE, que Lula ficaria na frente de Brizola não qualifica um instituto, pois todos os petistas do Brasil haviam feito esta previsão sem necessitarem de pesquisa alguma. Ao usar meu coração, minhas previsões indicavam Brizola na frente de Lula. Ao usar as totalizações por região apresentadas pela **Globo** no dia 16, e usando uma simples regra de três, Lula estava na frente por 16 a 14. Finalmente, usando uma análise mais detalhada das abstenções, dos votos por Estado, por capital e interior, não pude concluir nada até domingo. Notem que o resultado foi 16 a 15,5 em favor de Lula, e

não 16 a 15, como o indicado em outro jornal.

Com assessorias estatísticas competentes, os dois candidatos só se pronunciaram após 90% dos votos computados. Por ironia do destino, o instituto que produziu projeções mais próximas da totalização dos votos dos dois candidatos foi justamente aquele que indicou a vitória de Brizola sobre Lula. Quem menos errou, tecnicamente, foi justamente quem mais errou em termos promocionais.

Gostaria de salientar que uma metodologia construída em bases científicas sólidas pode produzir projeções muito longe dos verdadeiros valores, embora isso, ocorra com uma chance muito pequena. A única prova de que uma projeção seja boa ou ruim é o resultado final de um pleito. Não é possível provarmos que as pesquisas efetuadas durante este ano tenham sido ou não manipuladas. No entanto, a divulgação de pesquisas pode influenciar a opinião pública. Talvez seja importante se manter um controle sobre as pesquisas divulgadas. A minha sugestão é que todo instituto de pesquisa, que desejar divulgar seus resultados, seja obrigado a fornecer a qualquer interessado toda a documentação que o levou a aqueles resultados. Na verdade, isto funcionaria como um habeas-data da sociedade. Note-se que toda essa documentação diz respeito à própria sociedade.

Carlos Alberto de Bragança Pereira é professor-adjunto do Instituto de Matemática e Estatística da USP e presidente da Associação Brasileira de Estatística.

ESTADO DE SÃO PAULO